



AZ@BXL

Número: 384

Data: 2025.12.05

No título: "Escape #9" (2017)

Créditos: Catarina Branco (1974) é uma artista plástica natural da ilha de São Miguel, licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. A artista destaca-se pelo seu trabalho minucioso em papel recortado à mão, através do qual reinventa tradições culturais e religiosas açorianas, articulando-as com influências de outras geografias, como África e Brasil, numa linguagem visual contemporânea. Desde o início da sua carreira, Catarina Branco tem participado em bienais, feiras internacionais de arte contemporânea e as suas obras têm integrado inúmeras coleções públicas e privadas. Do seu percurso artístico, destaca-se o convite feito em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian para participar no projeto Próximo Futuro e o convite para desenvolver uma peça original para a exposição "April 25, 1974 – Portugal's Carnation Revolution", organizada em 2014 pela Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA). Em reconhecimento do seu trabalho artístico, Catarina Branco foi também agraciada com diversos prémios, nomeadamente o Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II (1999), o Prémio de Pintura João Barata, atribuído pela Galeria Barata (Lisboa), em 1997 e o Prémio de Criação Artística – Pintura "Domingos Rebelo", DRAC, em 2001.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[**Comissão Europeia lança nova estratégia e plano para combater o tráfico de droga na UE**](#)

[**Comissão Europeia lança pacote para integrar os mercados financeiros da UE**](#)

[**Comissão Europeia apresenta Agenda da UE para as Cidades**](#)

[**A Comissão realizou uma avaliação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar**](#)

[**Economia global demonstra resiliência, mas continua frágil, segundo relatório da OCDE**](#)

[**Igualdade entre homens e mulheres na UE ainda está a 50 anos de distância**](#)

[**Proteção do consumidor: Conselho e Parlamento chegam a um acordo sobre a revisão das regras relativas a viagens organizadas**](#)

[**Comissão adota plano REsourceEU para matérias-primas críticas**](#)



VAI ACONTECER

Até 8 de dezembro



Conselho (Competitividade – Mercado Interno e Indústria), 8 de dezembro de 2025

Os ministros do Mercado Interno e da Indústria reunir-se-ão em Bruxelas e realizarão três debates: um sobre o relatório de 2025 sobre a simplificação; outro sobre a vigilância dos produtos do comércio eletrónico; e outro sobre os obstáculos ao mercado.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).



Comissão recolhe opiniões para a Visão Estratégica para o Desporto na Europa

A Comissão Europeia [abriu](#) uma consulta pública para recolher opiniões de cidadãos, atletas, treinadores e organizações sobre a futura comunicação política «Uma Visão Estratégica para o Desporto na Europa: Reforçar o Modelo Desportivo Europeu».

O objetivo é reforçar o papel do desporto como bem público, destacando o seu papel na saúde, educação, inclusão social, coesão europeia e competitividade económica. A participação da sociedade será fundamental para enfrentar desafios atuais e preservar o [Modelo Europeu do Desporto](#), assente em clubes fortes, iniciativas de base e comunidades desportivas locais.

O processo de consulta permanecerá aberto por 12 semanas no portal “[Dê a sua opinião](#)” e irá também permitir a apresentação de evidências e boas práticas.



Comissão lança inquérito para avaliar a Garantia Europeia para a Infância

A Comissão Europeia lançou um inquérito destinado a recolher as opiniões de crianças, jovens, pais e tutores sobre a aplicação da [Garantia Europeia para a Infância](#), uma iniciativa que visa assegurar a todas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social o acesso a serviços essenciais, como educação, cuidados de saúde, nutrição e habitação.

O [inquérito](#), disponível na Plataforma de Participação das Crianças da UE, estará disponível até 8 de dezembro de 2025. Os contributos recolhidos irão servir para melhorar a implementação da Garantia e integrar mais diretamente a voz das crianças no processo de formulação de políticas europeias.

Esta é uma iniciativa lançada no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e insere-se no compromisso da Comissão de reduzir a pobreza infantil e reforçar a inclusão social em toda a União. O feedback recolhido alimentará também os trabalhos da futura Estratégia Europeia de Combate à Pobreza, atualmente em [consulta pública](#) até 24 de outubro.

9 de dezembro



Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço, 9 de dezembro de 2025

Os ministros da Investigação reunir-se-ão em Bruxelas, onde adotarão uma posição sobre o Regulamento EuroHPC e debaterão o Horizonte Europa. Os ministros do Espaço debaterão o ato legislativo da UE sobre o espaço.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

Até 10 de dezembro



Comissão procura obter informações sobre a futura Carta de Acesso dos Utilizadores Industriais às Infraestruturas de Investigação e Tecnologia

A Comissão lançou um inquérito [público](#) para recolher contributos das partes interessadas sobre a futura Carta de acesso dos utilizadores industriais às infraestruturas de investigação e tecnologia.

Com base na [Carta revista para o acesso às infraestruturas](#) de investigação, esta nova Carta destinar-se-á especificamente a facilitar o acesso das empresas. Facilitará o acesso das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão, às infraestruturas europeias de investigação e tecnologia de craveira mundial.

As partes interessadas são convidadas a [apresentar os seus pontos de vista sobre a conceção e o conteúdo da Carta](#) até 10 de dezembro de 2025. A Carta final deverá ser apresentada em 2026.

Pode obter mais informação [aqui](#).

Até 11 de dezembro



Consulta Pública: Simplificação da PAC — fim da obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial

No âmbito da proposta de simplificação da política agrícola comum, esta iniciativa visa reduzir os encargos administrativos para os agricultores, pondo fim à obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial.

No entanto, os agricultores terão de continuar a manter registos da utilização de produtos fitofarmacêuticos (em formato digital ou em papel).

A proposta alinha igualmente as referências jurídicas relacionadas com o sistema integrado de gestão e de controlo.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 11 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

11 e 12 de dezembro



Conselho (Agricultura e Pescas), 11-12 de dezembro de 2025

Ao longo de uma reunião de dois dias, os ministros procurarão chegar a acordo político sobre as propostas relativas às possibilidades de pesca no Atlântico e no mar do Norte para 2026, 2027 e 2028, e às possibilidades de pesca no Mediterrâneo e no mar Negro para 2026.

Os ministros realizarão também um debate temático sobre a política agrícola comum (PAC) pós-2027, centrando-se na inovação e na simplificação.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

Até 12 de dezembro



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 12 de dezembro de 2025

Entre outros pontos, o Conselho deverá fazer o balanço das negociações em curso sobre o pacote da reforma aduaneira da UE. Os ministros debaterão ainda o ponto da situação do «Pacote Moeda Única», incluindo a iniciativa do euro digital, abrindo caminho à adoção de uma posição comum do Conselho nesta matéria.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).



Consulta Pública: Bem-estar dos animais nas explorações para determinados animais: modernização da legislação da UE

Com base em dados científicos, nas reações das partes interessadas, na avaliação dos impactos económicos e sociais e tendo em conta as exigências da sociedade, esta iniciativa é uma etapa da revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais e dá também seguimento ao compromisso de eliminar progressivamente a utilização de gaiolas para determinados animais.

A fim de defender os seus valores, a UE procurará, em conformidade com as regras internacionais, reforçar o alinhamento das normas de produção em matéria de bem-estar dos animais aplicadas aos produtos importados.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 12 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

Até 15 de dezembro



Diga-nos o que pensa sobre: Estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa permitir que as regiões ultraperiféricas retirem maiores benefícios das políticas, dos fundos e dos programas da UE.

A iniciativa irá: alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas; delinejar uma visão global para aumentar a prosperidade destas regiões; definir os principais domínios de ação da UE para dar resposta às necessidades e especificidades destas regiões; e, ajudar a explorar os ativos estratégicos e o potencial único que estas regiões oferecem enquanto postos avançados da UE no mundo.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

A adoção da Estratégia para as regiões ultraperiféricas pela Comissão Europeia está prevista para o 1.º trimestre de 2026.



Diga-nos o que pensa sobre: Pacote de simplificação regulamentar para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa eliminar os estrangulamentos na legislação da UE que dificultam o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade sustentável e a prosperidade das regiões ultraperiféricas da UE. Visa, em especial, simplificar os requisitos legais da UE e ajustá-los às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Esta iniciativa complementa a iniciativa relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

A adoção da proposta de regulamento pela Comissão Europeia está prevista para o primeiro semestre de 2026.



Consulta Pública: Aviação — Regras da UE em matéria de serviços aéreos (revisão)

As atuais regras da UE em matéria de serviços aéreos abrangem domínios como os requisitos operacionais, a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de fixação de preços.

A iniciativa atualizará essas regras à luz dos ensinamentos retirados, nomeadamente durante a pandemia de COVID-19, a evolução da dinâmica do mercado e a evolução geopolítica e ambiental.

O objetivo é assegurar que o mercado interno da aviação da UE continue a ser centrado no consumidor, a preços acessíveis, fiável, social e ambientalmente sustentável e competitivo a nível mundial.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central “Garantir a alimentação e a agricultura da Europa”.

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do “EU Agri-Food Days 2025”](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 21 de dezembro



A Comissão Europeia recolhe contributos para avaliação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual

As regras da UE relativas aos serviços de comunicação social audiovisual são um dos pilares da política e regulamentação da UE relativas aos meios de comunicação social. Estas normas promovem a competitividade das empresas de comunicação social europeias e a circulação transnacional de conteúdos mediáticos, protegem os telespetadores e reforçam a diversidade cultural e o pluralismo dos meios de comunicação social, entre outros aspetos.

A Comissão avaliará o impacto e o valor acrescentado das regras em vigor e apresentará propostas para a sua revisão, se for caso disso.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 21 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

Até 23 de dezembro



Comissão lança convite à apresentação de provas sobre a revisão das metas e objetivos da Década Digital 2030

A Comissão Europeia lançou um [convite à apresentação de provas](#) para avaliar se os objetivos e metas da Década Digital para 2030 continuam alinhados com as rápidas mudanças tecnológicas desde a sua adoção em 2022. A revisão, prevista para 2026, irá ajustar o programa político que orienta a transformação digital da Europa, considerando a necessidade de acelerar o processo de digitalização da UE e de simplificar a legislação europeia em matéria do digital.

Neste estágio intermédio do programa político da [Década Digital](#), a Comissão irá avaliar a relevância dos objetivos atuais e a eficácia das medidas para garantir que permanecem eficazes e resilientes. A revisão também irá considerar formas de alinhar as políticas digitais com as oportunidades de financiamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual e como melhorar a participação de regiões e cidades para garantir que os benefícios da digitalização cheguem aos cidadãos e pequenas empresas.

O convite à apresentação de provas estará aberto até ao próximo dia 23 de dezembro de 2025.

Até 13 de janeiro



Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal “[Dê a sua opinião](#)” da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal “[Dê a sua opinião](#)” e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 18 de janeiro



Simplificação — Pacote digital e omnibus

Decorre até 18 de janeiro o período para apresentação de comentários sobre o ato adotado. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Os comentários podem ser apresentados no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 23 de janeiro



Relatório de 2026 sobre o Estado de direito: Consulta específica das partes interessadas

Na elaboração do relatório, a Comissão baseia-se numa diversidade de fontes pertinentes, incluindo contributos a receber das autoridades nacionais, visitas aos países e contributos das partes interessadas.

A fim de facilitar a sua participação adequada, a Comissão convida as partes interessadas a apresentarem contributos escritos para o relatório através da presente consulta específica. O objetivo é alimentar a avaliação da Comissão com informações factuais sobre a evolução no terreno nos Estados-Membros, bem como nos quatro países do alargamento incluídos no relatório. A consulta integra as perguntas da consulta separada do ano passado sobre a dimensão do mercado único. Estas perguntas são especificamente indicadas no questionário.

Pode contribuir para esta consulta preenchendo o questionário em linha (faça um contributo separado para cada Estado-Membro ou país do alargamento abrangido) até 23 de janeiro de 2026 (meia-noite, hora de Bruxelas).

Aceda à consulta [aqui](#).



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 26 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal "[Dê a sua opinião](#)" e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União

Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 23 de fevereiro



Comissão solicita contributos para moldar a resiliência climática futura da UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro quadro da UE em matéria de resiliência climática. A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios como fenómenos meteorológicos extremos, impactos na saúde, economias e infraestruturas, e a necessidade de uma abordagem coordenada para adaptação climática, conforme disposto no relatório “[Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#)”, produzido pela Agência Europeia para o Ambiente.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, empresas, autoridades regionais e partes interessadas sobre como a UE pode proteger a saúde humana, reduzir riscos de alto impacto e reforçar a preparação societal. A consulta pública irá contribuir para o novo quadro da UE sobre resiliência climática, previsto para 2026, que visa tornar a Europa mais forte e preparada para os desafios climáticos.

A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (às 23h59, hora de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

ACONTECEU



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

A Comissão Europeia realizou uma avaliação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais

A Comissão Europeia publicou o seu [relatório](#) que resume as principais conclusões da primeira avaliação da Diretiva sobre práticas comerciais desleais (UTPs) na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. Os resultados da avaliação mostram que, embora ainda esteja nos seus primeiros anos, a Diretiva já está a ajudar a promover um ambiente de negócios mais justo e equilibrado na cadeia agroalimentar em toda a UE.

O relatório de avaliação será integrado diretamente na reflexão da Comissão, à medida que esta planeia rever as regras sobre práticas comerciais desleais. Esta revisão irá avaliar como proteger melhor os agricultores contra práticas comerciais desleais e, nomeadamente, abordar a situação em que não deveriam ser forçados a vender sistematicamente os seus produtos abaixo dos custos de produção.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre esta avaliação.

Comércio agroalimentar da UE reforça-se em setembro com o aumento dos excedentes

O excedente comercial agroalimentar da UE atingiu 5,4 mil milhões de euros em setembro de 2025, 45 % mais elevado do que em agosto, refletindo uma forte recuperação mensal em cadeia. No entanto, o excedente continua a ser 6 % inferior ao de setembro de 2024. Entre janeiro e setembro, o excedente acumulado situou-se em 35,7 mil milhões de euros, ou seja, menos 13,5 mil milhões de euros do que no mesmo período de 2024, principalmente devido ao aumento dos preços das importações, em especial do cacau e do café.

As exportações agroalimentares da UE atingiram 20,1 mil milhões de euros em setembro, um aumento de 13 % em relação a agosto e de 4 % em relação a setembro de 2024. Desde janeiro, as exportações acumuladas totalizaram 177,4 mil milhões de euros, um aumento de 2,6 mil milhões de euros (+1 %) em comparação com 2024, impulsionado em grande medida pelo aumento dos preços de exportação do cacau e do café.

As importações agroalimentares da UE atingiram 14,7 mil milhões de euros em setembro de 2025, um aumento de 5 % em relação a agosto e de 8 % em relação a setembro de 2024. As importações acumuladas atingiram 141,7 mil milhões de euros entre janeiro e setembro, um aumento de 14,9 mil milhões de euros (+13 %) em termos homólogos, principalmente devido ao aumento dos preços do café e do cacau.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.

Novas técnicas genómicas: Parlamento e Conselho chegam a acordo para apoiar transição ecológica na agricultura

O Parlamento e o Conselho Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre novas regras para as chamadas novas técnicas genómicas, que visam tornar o sistema alimentar da UE mais seguro e sustentável, com plantas mais resistentes ao clima e às pragas e que requerem menos fertilizantes e pesticidas. As plantas classificadas como NGT1, categoria que inclui plantas equivalentes às obtidas por métodos de reprodução convencionais, ficarão isentas da maioria das exigências previstas na legislação da UE sobre OGM, enquanto as plantas NGT2 (plantas com modificações genéticas mais complexas) continuarão sujeitas a essas regras, tanto na UE como nas importações.

O compromisso define critérios para distinguir NGT1 de NGT2 e inclui uma lista de características que não podem ser autorizadas como NGT1, como efeitos inseticidas conhecidos e tolerância a herbicidas. O texto prevê ainda salvaguardas em matéria de direitos de propriedade intelectual, permitindo patentes para NGT, mas protegendo o acesso dos agricultores, incluindo o direito de guardar e voltar a semear sementes e a criação de um código de conduta da UE sobre patentes para assegurar condições de licenciamento justas e prevenir concentrações de mercado.

As novas regras exigem que as variedades derivadas de NGT1 sejam claramente indicadas nas bases de dados oficiais e rotuladas nos sacos de sementes, mantendo rastreabilidade e rotulagem completas para NGT2, que os Estados-Membros poderão restringir ou proibir no seu território. O acordo prevê que o regulamento entre em vigor 20 dias após a publicação no Jornal Oficial da UE, passando a aplicar-se dois anos depois.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Conselho e Parlamento acordam novas regras para reforçar o setor vitivinícola europeu

O Conselho e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório para atualizar o quadro político que orienta o setor vitivinícola da União Europeia. O objetivo é reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a resiliência do setor, tornando-o mais preparado para os desafios económicos e ambientais das próximas décadas. O novo enquadramento procura equilibrar a oferta e a procura, facilitar a inovação e apoiar o desenvolvimento das regiões rurais ligadas ao vinho.

As novas regras introduzem maior flexibilidade na gestão das vinhas e eliminam a data de fim do regime de direitos de plantação, substituindo-a por períodos de revisão regulares. O acordo reforça também o apoio financeiro da UE a investimentos que contribuam para mitigar e adaptar o setor às alterações climáticas, permitindo um cofinanciamento até 80 % dos custos elegíveis. Estas medidas visam assegurar uma transição mais sustentável sem comprometer a competitividade dos produtores.

A rotulagem dos vinhos será simplificada e harmonizada em toda a União, o que reduzirá os encargos administrativos e melhorará o acesso dos consumidores à informação. A introdução de rótulos digitais e pictogramas tornará os produtos mais transparentes, enquanto novas designações irão clarificar a diferenciação entre vinhos sem álcool e com teor alcoólico reduzido. Estas alterações contribuem para uma comunicação mais clara e alinhada com as preferências dos consumidores.

O acordo inclui ainda medidas para proteger as vinhas contra doenças como a flavescentia dourada e estimula a inovação através do desenvolvimento de novos produtos aromatizados regionais.

Pode saber mais [aqui](#).



Conselho da UE aprova posição sobre novas regras para combater exposição a substâncias perigosas

Durante uma reunião no Conselho, os ministros do Emprego da União Europeia aprovaram a sua posição sobre a sexta revisão da [diretiva relativa aos agentes cancerígenos, mutagénicos e tóxicos para a reprodução](#) (CMRD), dando mais um passo para proteger os trabalhadores de substâncias nocivas que podem causar cancro ou distúrbios do desenvolvimento.

A atualização propõe limites de exposição para o cobalto e os seus compostos inorgânicos, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e 1,4-dioxano, além de incluir os fumos de soldadura na lista de substâncias perigosas. Na sua posição, o Conselho reforçou ainda as regras da diretiva, acrescentando um limite de exposição profissional para o isopreno, e atualizou as definições de substâncias cancerígenas, mutagénicas e tóxicas para a reprodução.

Segundo estimativas, as novas medidas poderão prevenir cerca de 1 700 casos de cancro do pulmão e o surgimento de 19 000 doenças nos próximos 40 anos.

Após a definição da posição do Parlamento Europeu, começarão as negociações entre as instituições para acordar o texto final.

Pode conhecer [aqui](#) melhor a posição do Conselho.

Resíduos urbanos: passos de caracol na reutilização e reciclagem

Muitos países da União Europeia (UE) não estão a conseguir cumprir as metas para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos (ou seja, o lixo que produzimos todos os dias) e continuam a usar muito os aterros devido a dificuldades financeiras e falhas nos seus planos de gestão dos resíduos. Esta é a conclusão do relatório de auditoria que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) [publicou](#). Os auditores alertam para os problemas do mercado da reciclagem, o nível muito baixo da separação do lixo em alguns casos e o facto de as taxas de eliminação de resíduos que as pessoas pagam nem sempre cobrirem todos os custos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Relatório do Comissão confirma eficácia do sistema europeu de comércio de emissões na redução de carbono

A Comissão Europeia divulgou o [Relatório sobre o Mercado de Carbono de 2025](#), que confirma o bom desempenho do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (RCLE-UE) e o seu papel central na redução das emissões do setor energético e industrial. Os dados de 2024 mostram que as emissões sob o RCL-UE estão agora cerca de 50% abaixo dos níveis de 2005, mantendo-se no caminho para cumprir a meta de redução de 62% até 2030.

As emissões das instalações energéticas caíram quase 11% face a 2023, impulsionadas pelo aumento da produção de energias renováveis, sobretudo eólica e solar, e pela substituição do carvão pelo gás. Também a quota de emissões provenientes da queima de carvão atingiu o nível mais baixo de sempre.

Além disso, o relatório destaca a integração bem-sucedida do setor marítimo no sistema europeu, com uma taxa de conformidade superior a 99%. Já a aviação registou um aumento de 15% nas emissões, parcialmente devido à cobertura alargada de voos turísticos para regiões ultraperiféricas, embora tenha continuado a redução gradual de licenças gratuitas.

Em 2024, o RCL-UE gerou 38,8 mil milhões de euros em receitas, elevando o total acumulado para mais de 250 mil milhões. Estes recursos financiam projetos de descarbonização, energias limpas e inovação através de mecanismos como o Fundo de Inovação, o Fundo de Modernização e o plano REPowerEU.

UE investe 5,2 mil milhões de euros em tecnologias de transição limpa

A Comissão Europeia [anunciou](#) um novo pacote de financiamento no valor de 5,2 mil milhões de euros, proveniente das receitas do [Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia](#) (RCLE-UE), destinado a impulsionar a inovação verde e a descarbonização da indústria europeia. Os fundos serão atribuídos através do [Fundo de Inovação](#), que apoia projetos com elevado potencial para reduzir emissões e acelerar a transição para uma economia de baixas emissões.

O pacote inclui três novas oportunidades: um convite para tecnologias com emissões líquidas nulas, com 2,9 mil milhões de euros; um leilão de 1,3 mil milhões de euros para produção de hidrogénio no âmbito do Banco Europeu do Hidrogénio; e o primeiro leilão europeu para descarbonização do calor industrial, com um orçamento de mil milhões de euros. As iniciativas apoiam soluções tecnológicas em setores-chave como energias renováveis, armazenamento, hidrogénio e eficiência industrial.

Com estes programas, a UE pretende reforçar a competitividade industrial e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, promovendo ao mesmo tempo a inovação e a criação de emprego sustentável. O apoio abrangerá tanto grandes projetos industriais como pequenas e médias empresas, valorizando investimentos que contribuam para os objetivos climáticos e energéticos de 2030.

Além do financiamento europeu, a Alemanha e a Espanha irão participar com fundos nacionais complementares para apoiar projetos de hidrogénio e descarbonização industrial.

Lei da UE sobre desflorestação: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre revisão direcionada

A presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre uma revisão direcionada do regulamento da UE sobre produtos sem desflorestação (EUDR). O objetivo é simplificar a aplicação das regras existentes e adiar a sua implementação para permitir que operadores, comerciantes e autoridades se preparem adequadamente.

Perante as preocupações de Estados-membros e partes interessadas relativamente à prontidão das empresas e administrações, bem como a questões técnicas relacionadas com o novo sistema de informação, os colegisladores apoiaram a simplificação direcionada pela Comissão do processo de diligência devida. Os colegisladores também eliminaram o 'período de carência' inicialmente proposto pela Comissão para empresas grandes e médias, optando antes por uma extensão clara da data de aplicação para todos os operadores até 30 de dezembro de 2026, com uma margem adicional de seis meses para operadores micro e pequenos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo alcançado.



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão Europeia apresenta Agenda da UE para as Cidades

A Comissão Europeia lançou a nova Agenda da UE para as Cidades, uma estratégia que visa fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável e o papel das cidades no crescimento económico e social da Europa. Na Agenda, a União Europeia reconhece as cidades como motores essenciais de emprego, inovação, inclusão social e descarbonização e por isso procura responder a desafios como habitação acessível, custos da energia, segurança e os efeitos das alterações climáticas. A iniciativa está assente em três pilares principais: o estabelecimento de diálogos anuais entre a UE e autoridades locais para melhor alinhamento político; a criação de uma Plataforma das Cidades da UE e de um [portal único](#) que simplificam o acesso a informação e apoio; e o reforço dos investimentos através de diversos fundos, incluindo a política de coesão, o programa Horizonte Europa e o Fundo Europeu para a Competitividade.

O programa prevê ainda oportunidades para candidaturas às Ações Inovadoras da Iniciativa Urbana Europeia, que arrancam em 2026, e um acompanhamento periódico do estado das cidades europeias. A implementação da agenda decorre já no quadro financeiro atual e continuará durante o próximo ciclo orçamental.

Pode conhecer [aqui](#) melhor a iniciativa.

Comissão Europeia desembolsa 6,2 mil milhões de euros à Polónia no âmbito do NextGenerationEU

A Comissão Europeia [realizou](#) esta semana um desembolso de 6,2 mil milhões de euros à Polónia, correspondente ao terceiro pagamento ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o principal instrumento financeiro do NextGenerationEU que apoia reformas e investimentos essenciais para a recuperação económica e social dos Estados-Membros até 2026.

Este terceiro pagamento reflete o cumprimento de 30 marcos e 14 objetivos no âmbito do [plano nacional da Polónia](#), que abrangem áreas como eficiência energética, energias renováveis, cibersegurança, e cuidados sociais.

O plano global de recuperação e resiliência da Polónia é atualmente financiado por 59,8 mil milhões de euros (25,3 mil milhões de euros em subvenções e 34,5 mil milhões de euros em empréstimos). Tal como acontece com todos os Estados-Membros, os pagamentos à Polónia ao abrigo do MRR são baseados no desempenho, dependendo da implementação bem-sucedida do seu plano de recuperação e resiliência.

A Comissão aprova o pedido de pagamento de Itália de 12,8 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU, apoiando o crescimento económico e a competitividade

A Comissão Europeia avaliou positivamente o oitavo pedido de pagamento de Itália, no valor de 12,8 mil milhões de euros (3,1 mil milhões em subvenções e 9,7 mil milhões em empréstimos), ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a peça central do NextGenerationEU – o programa pós-pandemia da Comissão que apoia a competitividade e o crescimento económico nos Estados-Membros.

As reformas e investimentos ligados a este pedido de pagamento irão promover mudanças positivas para os cidadãos e empresas em Itália, nomeadamente nos setores da administração pública, contratos públicos, emprego, educação e investigação, turismo, energia renovável e economia circular.

Após a avaliação do pedido de pagamento, a Comissão concluiu que Itália completou satisfatoriamente 32 marcos e objetivos definidos na Decisão de Execução do Conselho relativa à oitava tranche.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre este oitavo pedido de pagamento.

Comissão aprova parcialmente o pedido de pagamento da Bulgária no valor de 1,6 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão Europeia aprovou parcialmente o terceiro pedido de pagamento da Bulgária, no valor de 1,6 mil milhões de euros, ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), elemento central do programa [NextGenerationEU](#). A avaliação positiva reconhece a implementação de 22 reformas e 19 investimentos em áreas como transição verde e digital, investigação e inovação, saúde e modernização das empresas, com 48 dos 50 marcos e metas cumpridos com sucesso.

Entre as medidas adotadas pela Bulgária estão a proibição de novas centrais a carvão ou lignite, a limitação das emissões anuais de CO2 das centrais existentes, o reforço das energias renováveis para produção e armazenamento de eletricidade e ações para tornar mais atrativas as carreiras profissionais na área da saúde. Por outro lado, a Comissão concluiu que não foram plenamente atingidos o quadro para criação de um organismo anticorrupção operacional e alguns aspectos ligados à responsabilização penal do Procurador-Geral, propondo o adiamento temporário de parte do pagamento até que estes marcos sejam cumpridos.

A avaliação preliminar da Comissão foi enviada ao [Comité Económico e Financeiro](#), que dispõe de quatro semanas para emitir parecer, após o qual poderá ser adotada a decisão de pagamento para os marcos já aprovados. A Bulgária tem um mês para responder às reservas da Comissão e, se os requisitos em falta não forem satisfeitos, parte do montante será temporariamente retida, podendo ser libertada após a adoção das medidas necessárias num prazo de até seis meses.



Cultura e Comunicação

UE abre inscrições para indicações geográficas de produtos artesanais e industriais

A partir de 1 de dezembro de 2025, os artesãos europeus [passaram](#) a poder registar os nomes dos seus produtos ao abrigo do novo regime de indicações geográficas (IG) da União Europeia, que passa a proteger produtos artesanais não agrícolas.

Este novo sistema visa proteger a reputação, a qualidade e as competências tradicionais, contribuir para o emprego local, impedir contrafações e reforçar as economias regionais. As candidaturas podem ser feitas individualmente ou através de associações, sendo avaliadas inicialmente pelas autoridades nacionais e posteriormente pelo [Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia](#) (EUIPO), a agência da UE responsável pelo registro de marcas, desenhos e modelos industriais, situada em Alicante (Espanha).



Defesa e Segurança

11 projetos de mobilidade militar concluídos com êxito em 8 Estados-Membros da UE

A UE está a investir em projetos de infraestruturas de transportes de dupla utilização (civis e de defesa) para facilitar a mobilidade das forças armadas dentro e fora da União. Desde 2021, o programa MIE Transportes apoiou 95 projetos de mobilidade militar em todos os modos de transporte. Os primeiros 11 projetos já foram concluídos com êxito, encontrando-se entre estes 11 projetos o projeto relativo ao Controlo de Tráfego Aéreo da Força Aérea Portuguesa.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Diplomacia e solidariedade externa da UE

UE reforça apoio militar à Jordânia, República Democrática do Congo e Chade através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

O Conselho da União Europeia aprovou três novas medidas de assistência no âmbito do [Mecanismo Europeu de Apoio à Paz](#) (MEAP), destinadas a reforçar as capacidades de defesa da Jordânia, da República Democrática do Congo (RDC) e do Chade.

A Jordânia irá receber 35 milhões de euros para melhorar a sua defesa aérea, incluindo radares de curto alcance e sistemas de comando e controlo.

Para a República Democrática do Congo, a UE irá disponibilizar 10 milhões de euros em equipamento militar não letal destinado a reforçar as Forças Armadas na proteção de civis e no controlo das fronteiras, dando continuidade ao apoio iniciado em 2023.

Já o Chade irá beneficiar de 14,5 milhões de euros para aumentar as capacidades do seu Exército Nacional, nomeadamente através da renovação da Academia Nacional de Koundoul e de formação em direitos humanos e direito internacional humanitário.

O [Mecanismo Europeu de Apoio à Paz](#) é um instrumento financeiro criado pela UE em 2021 que tem permitido financiar ações de política externa e de segurança para prevenir conflitos, preservar a paz e reforçar a estabilidade internacional, servindo também de apoio a parceiros terceiros e organizações regionais em matéria de defesa e capacidades militares.

Pode conhecer mais detalhes sobre cada intervenção da UE nestes países [aqui](#).

UE reforça a resposta humanitária com 143 milhões de euros para a África Subsariana

A União Europeia vai reforçar a sua resposta humanitária na África Subsariana com um novo pacote de 143 milhões de euros, destinado a apoiar populações afetadas por conflitos, deslocações e falta de acesso a serviços básicos. O anúncio surge na semana em que líderes da UE e da União Africana se reuniram em Angola para discutir os desafios humanitários e de segurança na região.

O financiamento anunciado pela Comissão prevê a atribuição de 2,5 milhões de euros para a República Centro-Africana, 8 milhões para a Nigéria, 30 milhões para a Etiópia, 30 milhões para a Somália, 35 milhões para o Sudão do Sul e 38 milhões para os países do Sahel Central, incidindo em ajuda alimentar, água e saneamento, cuidados de saúde e outras necessidades básicas das comunidades mais vulneráveis. A ajuda será canalizada através de parcerias com agências das Nações Unidas, organizações internacionais e ONG no terreno.

UE reforça ajuda humanitária ao Paquistão com 3 milhões de euros após inundações devastadoras

A União Europeia anunciou um apoio adicional de 3 milhões de euros em ajuda de emergência às comunidades afetadas pelas inundações no Paquistão, com foco no Punjab, onde as famílias vulneráveis irão receber assistência em dinheiro para necessidades imediatas e reconstrução.

Esta dotação soma-se aos 1,05 milhões de euros já mobilizados em setembro para saúde, água potável e saneamento, elevando o total da ajuda humanitária da UE este ano a mais de 14,5 milhões de euros.

As monções de 2025 afetaram quase 7 milhões de pessoas, desalojaram 2,9 milhões, causaram mais de mil mortes, danificaram 200 mil casas e provocaram perdas agrícolas graves, com a região do Punjab a registar as piores cheias em quatro décadas.

Relações UE-EUA: Deputados apelam a uma cooperação transatlântica aprofundada benéfica para ambos os lados

A UE e os EUA precisam de uma relação que possa responder de forma eficaz às ameaças globais em evolução, dizem os eurodeputados da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu num relatório adotado na passada terça-feira.

Embora a parceria transatlântica constitua o núcleo da comunidade de democracias e continue a ser crucial para a manutenção da ordem mundial liberal, a autonomia estratégica da UE precisa de ser reforçada para garantir resiliência numa altura de mudança na política externa dos EUA, diz a Comissão dos Assuntos Externos. No seu relatório sobre as relações políticas UE-EUA, adotado por 46 votos a favor, 9 contra e com 8 abstenções, os eurodeputados sublinham que deve ser dada particular ênfase nesta relação ao comércio, à segurança e defesa, à tecnologia, à energia e às ameaças geopolíticas emergentes. Outras áreas críticas incluem o Estado de Direito, a resiliência societal e a proteção ambiental.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre o relatório adotado.

Comissão Europeia propõe novas soluções para financiar a Ucrânia em 2026-2027

A Comissão Europeia apresentou duas soluções para garantir o apoio financeiro à Ucrânia nos anos de 2026 e 2027, no contexto da guerra de agressão russa. O pacote, composto por cinco propostas legislativas, inclui um empréstimo financiado pelo orçamento da União Europeia e um [empréstimo de reparação baseado em ativos imobilizados do Banco Central da Rússia](#).

As medidas visam reforçar a resiliência financeira da Ucrânia e assegurar a continuidade do apoio europeu, tanto durante o conflito como num eventual cenário de paz. As propostas incluem ainda salvaguardas jurídicas e financeiras destinadas a proteger os Estados-Membros e instituições da UE contra eventuais retaliações russas ou riscos jurídicos.

O debate sobre as propostas deverá prosseguir no Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro, onde se espera alcançar um compromisso político sobre o modelo de apoio financeiro à Ucrânia.



Economia, Comércio e Concorrência

Comissão Europeia lança pacote para integrar os mercados financeiros da UE

A Comissão Europeia apresentou um novo pacote legislativo destinado a eliminar barreiras e reforçar a integração dos mercados financeiros da União Europeia. As medidas inserem-se na estratégia da União da Poupança e do Investimento (UPI), que pretende criar um sistema financeiro mais eficiente e acessível para os cidadãos e empresas.

Apesar dos avanços registados, os mercados financeiros da UE continuam fragmentados e de menor dimensão que os de outras economias, como os Estados Unidos, onde a capitalização bolsista representa quase quatro vezes o PIB. O pacote agora apresentado procura inverter essa tendência, aproximando os mercados nacionais e tornando o acesso ao financiamento mais simples e harmonizado em toda a UE.

Entre as medidas propostas estão a eliminação de obstáculos à negociação transfronteiriça, a criação de um estatuto único para operadores de mercado e a modernização das regras de supervisão financeira. O pacote também apoia a inovação tecnológica, promovendo a adaptação do quadro regulamentar às tecnologias de registo distribuído e transferindo novas competências de supervisão para a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA).

A Comissão defende ainda a transformação de diretrizes em regulamentos para simplificar o sistema e reduzir encargos administrativos, garantindo maior coerência e transparência entre os Estados-Membros. Após análise e aprovação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o pacote deverá consolidar a base de um verdadeiro mercado único de capitais na União Europeia, tal como proposto por Maria Luís Albuquerque, Comissária europeia para os Serviços Financeiros e União de Poupança e Investimentos.

Pode conhecer [aqui](#) o pacote legislativo com mais detalhe.

O alcance e as limitações dos acordos comerciais da UE e das ações autónomas

A procura de 'cláusulas espelho' em acordos de livre comércio (ALC) da UE ou de 'medidas espelho' unilaterais ('espelhamento') ganhou considerável destaque nos debates da UE sobre política comercial e agrícola. O estudo promovido pela Direção Geral de Políticas Externas do Parlamento Europeu por solicitação da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, que pode ser consultado [aqui](#), promove uma compreensão contextual dos termos 'espelhamento' e conceitos relacionados, apresentando as suas consequências económicas, legais e operacionais. Explora as regras, potenciais e limitações da aplicação das normas de sustentabilidade da UE às importações. Além disso,

avalia-se de forma crítica a necessidade expressa de garantir uma concorrência justa para os produtores da UE – outra motivação essencial por trás do 'espelhamento'. Examina-se como as normas da UE afetam o equilíbrio de benefícios mútuos entre os parceiros comerciais e exploram-se diferentes abordagens de 'espelhamento'.

O estudo fornece um resumo das oportunidades e riscos a considerar para além da conformidade legal em diferentes opções comerciais que abordem questões de sustentabilidade e competitividade, incluindo o 'espelhamento'.

O estudo conclui que a metáfora do 'espelho' não deve desviar a atenção do facto de existirem políticas da UE bem estabelecidas e feitas à medida, disponíveis para além de um eventual 'reflexo' – especialmente no reforço da competitividade.

Excedente comercial da UE com os Estados Unidos regista queda no segundo e terceiro trimestres de 2025

De acordo com dados publicados pelo Eurostat, o excedente comercial da União Europeia com os Estados Unidos diminuiu pelo segundo trimestre consecutivo, alcançando 40,8 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2025. Este valor representa uma queda de 13,3% em relação ao trimestre anterior e de 49,7% face ao primeiro trimestre, quando o excedente atingira 81,2 mil milhões de euros devido ao aumento das exportações antecipando a aplicação de possíveis tarifas contra a UE por parte do governo norte-americano.

Durante o terceiro trimestre, a UE manteve saldos positivos em produtos químicos, máquinas, veículos, bens manufaturados e alimentos e bebidas, mas apresentou défices em energia, matérias-primas e outros bens. O excedente em produtos químicos recuou para 23,0 mil milhões de euros, após ter registado um pico de 54,1 mil milhões no início do ano.

Além disso, desde o início da guerra da Rússia contra a Ucrânia, as importações de energia da UE provenientes dos Estados Unidos aumentaram significativamente, o que gerou um crescimento superior das importações dos EUA em comparação com o resto do mundo.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Rendimento real per capita das famílias da UE cresce 22% em duas décadas

O rendimento real per capita das famílias da União Europeia aumentou 22% entre 2004 e 2024, segundo dados recentemente divulgados pelo Eurostat.

Entre os países da UE, a Roménia registou o maior aumento do rendimento real per capita das famílias em vinte anos (134%), seguida por Lituânia (95%), Polónia (91%) e Malta (90%). Por outro lado, Grécia e Itália apresentaram quedas de 5% e 4%, respetivamente, enquanto Espanha, Áustria, Bélgica e Luxemburgo registaram os menores aumentos em termos de rendimento real per capita.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Relações comerciais UE-EUA: Conselho avança na implementação dos elementos tarifários da Declaração Conjunta

O Conselho adotou os seus mandatos de negociação sobre dois regulamentos destinados a implementar os aspetos relacionados com tarifas da Declaração Conjunta UE-EUA, acordada em 21 de agosto de 2025. Este é um passo importante para a implementação da declaração conjunta, que deverá contribuir para restaurar a estabilidade e previsibilidade nas relações comerciais UE-EUA.

O primeiro regulamento diz respeito ao ajuste dos direitos aduaneiros e à concessão de contingentes tarifários para produtos industriais dos EUA e certos produtos do mar e agrícolas, enquanto o segundo regulamento se centra na extensão da suspensão de direitos sobre as importações de lagosta e lagosta transformada.

Com a adoção destes mandatos, o Conselho está pronto para iniciar negociações interinstitucionais (trílogos) com o Parlamento Europeu, com o objetivo de alcançar um acordo final sobre ambos os textos.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Economia global demonstra resiliência, mas continua frágil, segundo relatório da OCDE

A economia global mostrou capacidade de resistência ao longo deste ano, mas continua exposta a riscos relacionados com tensões comerciais, incerteza política e endividamento elevado, de acordo com o mais recente relatório [Perspetivas Económicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico](#) (OCDE). O estudo antecipa um abrandamento do crescimento mundial em 2026, seguido de uma ligeira recuperação em 2027, com ritmos moderados nas principais economias avançadas e na China.

As projeções apresentadas no relatório apontam para uma perda de dinamismo nos Estados Unidos, na zona euro e na China nos próximos anos, refletindo condições financeiras mais restritivas e o impacto das barreiras comerciais sobre o investimento e o comércio internacional. Ao mesmo tempo, a inflação nas economias do G20 deverá continuar a descer gradualmente, aproximando-se dos objetivos dos bancos centrais na maioria dos grandes mercados até meados de 2027.

Entre os principais riscos identificados estão novos aumentos de tarifas no comércio internacional, um crescimento da economia global mais fraco do que o esperado, baixos retornos dos investimentos em inteligência artificial e eventuais surpresas na trajetória da inflação, que poderão desencadear correções bruscas nos mercados financeiros. A OCDE alerta também para a volatilidade dos criptoativos e para a crescente interligação entre instituições financeiras não bancárias e o sistema financeiro tradicional, fatores que podem amplificar vulnerabilidades.

Face às conclusões alcançadas, o relatório recomenda que os bancos centrais se mantenham vigilantes e ajustem a política monetária em função da evolução dos riscos para a estabilidade de preços, prosseguindo reduções graduais das taxas de juro onde a inflação esteja controlada. Em paralelo, defende maior contenção e reorientação da despesa pública, bem como esforços para aumentar a eficiência do setor público e proteger o investimento que sustenta um crescimento sustentável, canalizando o apoio para os mais vulneráveis.

Comissão Europeia inclui Rússia na lista de países de alto risco em matéria financeira

A Comissão Europeia anunciou a inclusão da Rússia na lista de países de alto risco da União Europeia por deficiências estratégicas no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. A decisão resulta de uma avaliação técnica realizada no âmbito do [Regulamento Delegado \(UE\) 2025/1393](#), que confirmou que o regime russo apresenta falhas graves na prevenção e supervisão de fluxos financeiros ilícitos.

A nova designação implica que todas as instituições financeiras e outras entidades abrangidas pelo quadro europeu de combate ao branqueamento de capitais terão de aplicar medidas reforçadas de diligência e controlo em transações relacionadas com a Rússia. O objetivo é proteger a integridade do sistema financeiro europeu e alinhar o quadro regulamentar da UE com os esforços internacionais de combate à criminalidade financeira.

O regulamento delegado entrará em vigor após o período de escrutínio do Parlamento Europeu e do Conselho, que dispõem de um mês, prorrogável por mais um, para se pronunciar. A Comissão compromete-se a acompanhar de perto os progressos da Rússia e dos demais países constantes da lista, ajustando as medidas sempre que necessário.

Oito em cada dez empresas da UE enfrentam restrições nas cadeias de valor globais

De acordo com a agência Eurostat, entre 2021 e 2023, cerca de 80% das empresas da União Europeia registaram perturbações ou reajustamentos nas suas cadeias de valor globais, segundo o primeiro inquérito europeu sobre o tema, desenvolvido ao abrigo do regulamento relativo às estatísticas das empresas. O estudo revela o impacto persistente de fatores económicos, sanitários e políticos sobre a organização produtiva e comercial do bloco.

Os principais constrangimentos enfrentados foram o aumento dos custos da energia, referido por 62% das empresas, e o encarecimento das matérias-primas e dos bens não energéticos, mencionado por 56%. As limitações decorrentes da pandemia de COVID-19 agravaram estas dificuldades, criando pressões adicionais sobre os custos e a estabilidade das cadeias de abastecimento.

As políticas públicas contribuíram igualmente para o contexto de incerteza. Cerca de 27% das empresas indicaram um impacto moderado ou elevado das sanções da UE à Rússia, enquanto 38% afirmaram ter sido afetadas pelas exigências das políticas ambientais europeias e nacionais, que obrigam a ajustamentos estruturais no cumprimento de normas e regras de produção.

Em resposta, muitas empresas adotaram medidas para reforçar a resiliência. O reforço da digitalização dos processos (32%), a priorização de fornecedores fiáveis (30%) e a procura de novos parceiros dentro da UE (29%) foram as estratégias mais recorrentes, complementadas pela expansão das redes de fornecimento (17%) com o objetivo de reduzir vulnerabilidades futuras.

Comissão Europeia investiga política da Meta sobre uso de IA no WhatsApp

A Comissão Europeia abriu uma investigação para avaliar se a nova política da Meta sobre o uso de inteligência artificial (IA) no WhatsApp pode violar as regras de concorrência da União Europeia. Nesta investigação, a Comissão pretende apurar se a empresa está a impedir outras empresas de IA de oferecer os seus serviços através da plataforma.

Desde outubro de 2025, a Meta proíbe fornecedores de IA de usar a ferramenta WhatsApp Business Solution quando o serviço principal oferecido for baseado em IA. As empresas que utilizam IA apenas como apoio, por exemplo para atendimento automatizado, ainda podem continuar a usar o WhatsApp. No entanto, a Comissão teme que esta regra favoreça o serviço de IA da própria Meta (grupo de empresas ao qual o WhatsApp pertence), o Meta AI, em detrimento dos concorrentes.

A investigação abrange todos os países do Espaço Económico Europeu, exceto a Itália, onde a autoridade nacional já conduz um processo semelhante.

Pode conhecer [aqui](#) melhor os contornos do caso.

A Comissão Europeia autoriza a aquisição do Novo Banco pelo BPCE

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo do Regulamento da UE sobre Fusão, a aquisição do controlo exclusivo do Novo Banco SA de Portugal pela BPCE S.A. de França.

A operação diz respeito principalmente aos setores bancário e financeiro portugueses.

A Comissão concluiu que a operação notificada não levantaria preocupações de concorrência, dado o limitado posicionamento conjunto das empresas no mercado resultante da operação proposta. A operação notificada foi examinada ao abrigo do procedimento simplificado de revisão de fusões.

Mais informações estão disponíveis no [site de concorrência](#) da Comissão, no [registo público de processos](#), sob o número de processo [M.12177](#).



Comissão Europeia apresenta plano de ação para empregos de qualidade na UE

A Comissão Europeia apresentou o Plano de Ação para Empregos de Qualidade, que estabelece orientações para melhorar as condições de trabalho e acompanhar as mudanças no mercado laboral da União Europeia. A iniciativa pretende assegurar que o crescimento económico se traduza em mais e melhores oportunidades para os trabalhadores e empresas, reforçando o equilíbrio entre competitividade e proteção social na UE.

O Plano de Ação para Empregos de Qualidade identifica as áreas em que a ação da UE pode ter maior impacto, como a criação de emprego, a modernização das condições de trabalho, o apoio às transições ecológica e digital e o reforço do diálogo entre empregadores e trabalhadores. O Plano foi elaborado com base em consultas a sindicatos e organizações patronais de todos os Estados-Membros, que envolveram cerca de 200 entidades.

Ao mesmo tempo, a Comissão lançou a primeira fase de consulta sobre a futura Lei dos Empregos de Qualidade, prevista para 2026. A nova legislação irá atualizar as regras de proteção laboral na UE, abrangendo temas como o uso da inteligência artificial no trabalho, a saúde mental e física dos trabalhadores, a subcontratação e a aplicação efetiva das leis laborais. A [consulta pública sobre a futura Lei do Emprego de Qualidade](#) irá decorrer até 29 de janeiro de 2026 e servirá de base à proposta legislativa do próximo ano.

Com estas medidas, a Comissão procura adaptar o mercado de trabalho europeu às transformações em curso e garantir que as mudanças digitais e ecológicas se traduzam em empregos sustentáveis e devidamente protegidos.

Pode saber mais [aqui](#).

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Conselho aprova posição sobre apoio às pessoas em risco de desemprego

O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição sobre o regulamento que amplia o apoio do [Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização](#) (FEG) a trabalhadores em risco de desemprego, estendendo essa proteção até o final de 2027. O FEG é um mecanismo da União Europeia criado para apoiar trabalhadores e trabalhadores independentes que percam o emprego devido à reestruturação de empresas, mudanças industriais ou crises graves.

Segundo as novas regras, o fundo poderá agora ser mobilizado não apenas para quem já foi despedido, mas também para trabalhadores em risco iminente de perder o emprego, de modo a permitir o acesso antecipado a medidas de qualificação e valorização profissional. O regulamento prevê também limites financeiros, como o máximo de quatro milhões de euros por ano por empresa, para que o apoio possa alcançar mais pessoas e evitar o esgotamento dos recursos.

Na posição adotada, o Conselho reforça as salvaguardas na utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, permitindo aos Estados-Membros realizar controlos prévios às capacidades financeiras e administrativas das empresas e conceder pré-financiamento em prestações. Segundo o Conselho, a Comissão Europeia deverá elaborar orientações não vinculativas para os Estados-membros e empresas com base nesses controlos, de modo a reduzir os encargos administrativos.

Assim que o Parlamento Europeu definir a sua posição, as instituições irão iniciar negociações para aprovar o texto final do regulamento.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Vai enviar um postal a alguém este Natal?

Numa altura em que se aproximam as festividades de final de ano, a agência de estatística Eurostat publicou dados relativos à situação de emprego no setor dos serviços postais. De acordo com a Eurostat, as vendas de postais na União Europeia totalizaram 60 milhões de euros em 2024, o que representa uma queda de 15% face aos 69 milhões de 2023.

Desde 2014, tem-se verificado um declínio no valor dos postais vendidos. No entanto, durante a pandemia global, este número aumentou e atingiu o nível mais alto da última década. De 2020 a 2021, o valor dos postais vendidos cresceu quase 50% e, em 2022, atingiu um pico de 81,3 milhões de euros em 2023.

Além disso, foi registado um aumento do número de pessoas que trabalham nos serviços postais e de correio expresso na UE, 1,45 milhões de pessoas com 15 ou mais anos estavam empregadas nos serviços postais e de correio expresso em 2024, em comparação com os 1,4 milhões de trabalhadores registados em 2014. As «atividades postais e de correio expresso» incluem serviços como a recolha, o transporte e a entrega de cartas e encomendas.

Entre os empregados, 900 000 eram homens, representando 62,9 % do total de trabalhadores deste setor. A nível da UE, em média, 70 pessoas por cada 10 000 empregados trabalhavam no setor dos serviços postais e de correio expresso. Trata-se de uma ligeira diminuição em comparação com 2014 (75 pessoas por cada 10 000 empregados).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

25% dos acidentes de trabalho mortais ocorreram em áreas públicas em 2023

De acordo com os dados publicados pela agência Eurostat, em 2023, foram registados 3 298 acidentes de trabalho mortais e 2,82 milhões de acidentes não mortais na União Europeia. A maior proporção dos acidentes mortais ocorreu em áreas públicas, correspondendo a 25% do total (825 acidentes), seguida por instalações industriais (19,8%), estaleiros de construção, pedreiras ou minas a céu aberto (16,9%) e áreas agrícolas, de piscicultura e florestais (10,6%).

Os setores também evidenciam diferentes locais de maior incidência: 58,5% dos acidentes mortais no transporte e armazenagem e 36,3% no comércio sucederam em áreas públicas. Na indústria transformadora, 50,9% dos acidentes ocorreram em instalações industriais; na agricultura, 64,6% foram em zonas agrícolas e florestais; e na construção civil, 51,6% em estaleiros.

Quanto aos acidentes não fatais, a maior parte aconteceu em instalações industriais (32%), seguida por instalações do setor terciário, como escritórios (17,8%). Áreas públicas, estaleiros, pedreiras e minas representaram respetivamente 10,2% dos acidentes não fatais, enquanto 6,4% ocorreram em estabelecimentos de saúde e 4,8% em atividades agrícolas e florestais.

Os dados confirmam também que os acidentes em determinadas atividades tendem a ocorrer nos ambientes mais específicos a cada setor: indústria transformadora em instalações industriais (79,3%), construção civil em estaleiros (60,2%) e agricultura, silvicultura e pesca em áreas agrícolas e florestais (72,3%).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Energia

Comissão Europeia aprova 235 projetos transfronteiriços no setor da energia para reforçar interconectividade na UE

A Comissão Europeia atribuiu a [235 projetos transfronteiriços no setor da energia](#) o estatuto de Projetos de Interesse Comum e de Interesse Mútuo, que permitir-lhes-á candidatar-se a financiamento da UE através do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) e beneficiar de processos regulamentares acelerados para implementação rápida.

Os projetos propõem soluções para diversos aspetos do sistema energético, como redes de eletricidade, hidrogénio, transporte e armazenamento de carbono, e redes de gás inteligentes.

A iniciativa visa acelerar a transição para energias renováveis, fortalecer a segurança energética, promover a descarbonização e aumentar a integração do mercado interno da energia na UE, respondendo a necessidades de investimento estimadas em 1,5 biliões de euros até 2040. A Comissão será responsável por coordenar o acompanhamento político destes projetos, assegurar a agilização dos procedimentos regulatórios e de licenciamento, e promover a cooperação entre Estados-Membros e países vizinhos para garantir a rápida implementação dos projetos e a sua contribuição para a [União da Energia](#).

Após a validação pelo Parlamento e pelo Conselho, os projetos receberão apoio prioritário para promover um sistema de energia mais sustentável e resiliente na Europa.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

União Europeia chega a acordo sobre o fim definitivo das importações de gás e eliminação gradual do petróleo russo

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um acordo político provisório para interromper permanentemente as importações de gás russo, com gás natural liquefeito (GNL) até 31 de dezembro de 2026 e gás canalizado até 30 de setembro de 2027, prazo que poderá ser prorrogado até novembro para países com níveis de armazenamento insuficientes. Através desta medida, a UE procura eliminar a sua dependência em relação ao fornecimento de energia russa e reforçar a independência energética, competitividade e resiliência do mercado europeu. No acordo está ainda prevista a implementação de medidas rigorosas para evitar evasões, aumentar a transparência e garantir o controlo rigoroso das importações energéticas.

Os Estados-Membros deverão apresentar os seus planos nacionais que incluam medidas para diversificar o seu abastecimento de gás e petróleo até março de 2026. Por sua vez, a Comissão Europeia será responsável por acompanhar e apoiar o progresso de toda a União na eliminação gradual dos combustíveis fósseis russos, em conjunto com a Agência da União Europeia para a Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER), a Procuradoria Europeia (EPPO) e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). As medidas previstas nos planos nacionais serão aplicadas de forma coordenada e calendarizada para minimizar impactos nos preços, garantir a segurança do abastecimento e estabilidade do mercado, de modo a permitir à UE atingir a meta de eliminar totalmente as importações russas de petróleo até ao final de 2027, conforme disposto na [Declaração de Versalhes](#).

O regulamento será publicado no Jornal Oficial da EU após a aprovação formal pelo Parlamento e Conselho.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre o acordo alcançado.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Igualdade entre homens e mulheres na UE ainda está a 50 anos de distância

O mais recente relatório do [Instituto Europeu para a Igualdade de Género](#) (EIGE) revela que as mulheres têm de trabalhar, em média, 15 meses e 18 dias a mais do que os homens para receberem o mesmo salário anual na União Europeia, onde as mulheres ganham apenas 77% do salário anual masculino.

Esta disparidade reflete-se no Índice de Igualdade de Género, que atribui à UE 63,4 pontos em 100, o que representa um ligeiro aumento de 10,5 pontos desde 2010. O Índice de Igualdade de Género do EIGE avalia sete domínios centrais, incluindo poder, trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, saúde e violência, além das desigualdades intersectoriais. Destaca o aumento do emprego feminino, mas sublinha a presença limitada das mulheres em cargos de gestão e setores como tecnologia da informação. Embora as mulheres jovens tenham desempenho superior no ensino superior, o relatório revela que estas são muitas vezes direcionadas para carreiras subvalorizadas, o que restringe as suas oportunidades de assumir liderança e obter melhor remuneração.

No domínio do tempo, as mulheres continuam a assumir a maior parte do trabalho doméstico e cuidados não remunerados, afetando a sua participação no lazer e vida pública. Por outro lado, a violência contra as mulheres permanece alta e frequentemente ignorada, com 31% das mulheres adultas na UE vítimas de violência física e/ou sexual. A saúde é o domínio com maior pontuação, mas persistem desigualdades em comportamentos de saúde e anos de vida saudável, especialmente entre mulheres com baixos níveis de educação.

O relatório também chama atenção para a "economia dos trimestres fantasma", referente ao tempo extra que as mulheres precisam gastar para igualar os homens em salários, trabalho doméstico e outras responsabilidades.

Pode aceder [aqui](#) ao relatório na íntegra.

Comissão Europeia regista nova Iniciativa de Cidadania sobre direitos humanos

A Comissão Europeia [registou](#) a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada [*"Chega de dois pesos e duas medidas em matéria de direitos humanos"*](#). A proposta apela à criação de um regulamento que assegure uma supervisão uniforme dos direitos humanos em todas as áreas de atuação externa da União Europeia, de modo a garantir uma resposta transparente e eficaz a eventuais violações.

O executivo europeu confirmou que a iniciativa cumpre os requisitos formais previstos na legislação e, por isso, é considerada legalmente admissível. Nesta fase, a Comissão não irá avaliar o conteúdo da proposta, nem antecipar qualquer decisão sobre o seu mérito.

Os organizadores dispõem agora de seis meses para iniciar a recolha de assinaturas, que deverá decorrer por um período máximo de 12 meses. Para que a Comissão Europeia seja obrigada a pronunciar-se, a ICE terá de obter pelo menos um milhão de apoios válidos em, no mínimo, sete Estados-Membros da UE.

Eurodeputados aprovam sistema digital para agilizar controlos nas fronteiras da UE

O Parlamento Europeu aprovou a criação de um sistema de pré-autorização digital para acelerar as passagens nas fronteiras externas da União Europeia, mantendo simultaneamente elevados padrões de segurança. A proposta, adotada pela Comissão das Liberdades Cívicas, foi aprovada com 42 votos a favor, 13 contra e 17 abstenções.

O novo sistema irá permitir que viajantes criem credenciais digitais com base no seu passaporte biométrico ou cartão de identidade, tornando possível a realização antecipada de verificações documentais e de entrada. A utilização das credenciais será voluntária e os dados dos viajantes serão apagados das bases de dados nacionais após a passagem pela fronteira. A aplicação digital que armazenará as credenciais garantirá a proteção de dados desde o seu design, seguindo o princípio da privacidade por defeito.

O sistema funcionará de forma interoperável com o [Sistema de Entrada e Saída](#) (EES) e o [Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem](#) (ETIAS), previstos para plena operação em 2026. Os eurodeputados também reduziram o prazo de implementação proposto pela Comissão, prevendo agora que o sistema entre em vigor 18 meses após a adoção do regulamento.

O mandato de negociação com os Estados-Membros deverá ser confirmado na sessão plenária do Parlamento de 15 a 18 de dezembro.

Eurodeputados aprovam primeira lista da UE de países de origem seguros para pedidos de asilo

A Comissão das Liberdades Cívicas (LIBE) do Parlamento Europeu aprovou a criação da primeira lista da União Europeia de países de origem seguros, medida destinada a acelerar o processamento dos pedidos de asilo. A proposta foi aprovada com 39 votos a favor, 25 contra e 8 abstenções.

A lista inclui Bangladesh, Colômbia, Egito, Kosovo, Índia, Marrocos e Tunísia, além dos países candidatos à adesão à UE, salvo em casos de circunstâncias específicas, como conflitos armados ou taxas elevadas de reconhecimento de asilo. Os eurodeputados introduziram salvaguardas que permitem suspender a designação de um país como seguro se surgirem violações dos direitos fundamentais ou alterações significativas nas suas condições internas.

A Comissão Europeia ficará responsável por monitorizar continuamente a situação nos países designados e poderá suspender o estatuto de segurança de forma parcial ou total. Os Estados-Membros, por sua vez, irão manter a prerrogativa de definir listas nacionais complementares, desde que não contrariem a lista da UE.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Eurodeputados aprovam revisão das regras para designar “países terceiros seguros” em pedidos de asilo

A Comissão das Liberdades Cívicas (LIBE) do Parlamento Europeu aprovou, com 40 votos a favor e 32 contra, a sua posição sobre a revisão das regras que definem quando um país terceiro pode ser considerado seguro para requerentes de asilo. As alterações integram a atualização da [Lei do Asilo de 2024](#) e visam harmonizar a aplicação deste conceito entre os Estados-Membros.

De acordo com o texto aprovado, um país só poderá ser designado como “terceiro seguro” se cumprir pelo menos uma de três condições: existir uma ligação relevante entre o requerente e o país em causa, o requerente ter transitado por esse país e aí poder ter solicitado proteção, ou a União Europeia ou um Estado-Membro terem celebrado um acordo formal e transparente com o país em questão. Os deputados defendem que tais acordos deverão ser juridicamente válidos e redigidos por escrito, a fim de evitar práticas divergentes entre os Estados-Membros.

O Parlamento também introduziu salvaguardas específicas para proteger grupos vulneráveis, estabelecendo que os menores não acompanhados fiquem isentos da aplicação destas regras, salvo se forem considerados uma ameaça à segurança nacional. Além disso, os requerentes não terão direito automático de permanecer na União Europeia caso apresentem recurso contra uma decisão de inadmissibilidade do seu pedido de asilo.

A decisão de iniciar as negociações com o Conselho deverá ser anunciada na próxima sessão plenária do Parlamento Europeu, a realizar entre os dias 15 e 18 de dezembro.

Pode saber mais [aqui](#).



Indústria

Comissão adota plano RESourceEU para matérias-primas críticas

A Comissão Europeia [adotou](#) esta semana o Plano de Ação RESourceEU para acelerar e ampliar os seus esforços no sentido de garantir o abastecimento da UE em matérias-primas essenciais, tais como elementos de terras raras, cobalto ou lítio.

O [plano RESourceEU](#) é baseado na [Lei das Matérias-Primas Críticas](#), com o objetivo de fornecer financiamento e ferramentas concretas para proteger a indústria europeia de choques geopolíticos e de volatilidade de preços, promover projetos sobre matérias-primas críticas na Europa e além, e estabelecer parcerias com países com ideias semelhantes para diversificar as cadeias de abastecimento.

Um ponto central do RESourceEU é a criação, no início de 2026, de um Centro Europeu de Matérias-Primas Críticas, que terá a função de fornecer dados de mercado, coordenar financiamentos estratégicos, gerir cadeias de abastecimento resilientes e fomentar compras conjuntas e reservas coordenadas entre os Estados-Membros. O plano também contempla medidas para aumentar a reciclagem interna, como restrições às exportações e quotas de conteúdo reciclado, de modo a reforçar a sustentabilidade das matérias-primas.

O plano de ação inclui a mobilização de até três mil milhões de euros para financiar investimentos que acelerem o desenvolvimento de fontes alternativas e reduzam as dependências estratégicas em até 50% até 2029, em setores prioritários como o lítio e o molibdénio. Para isso, a Comissão irá atuar para reduzir entraves regulatórios e implementar mecanismos de monitorização e defesa contra interferências externas.

Além da dimensão interna, com este plano a União Europeia pretende reforçar a cooperação internacional, ampliando parcerias estratégicas com países ricos em recursos, nomeadamente através da parceria da UE com a África do Sul e das negociações em curso com o Brasil, Ucrânia, Balcãs Ocidentais e países da vizinhança do Sul. Esta abordagem multilateral visa estabelecer cadeias de valor diversificadas e sustentáveis, suportadas também por iniciativas como a Aliança do G7 para Minerais Críticos e a coordenação no âmbito do G20.



Instituições & União Europeia

Trabalhar pela independência da Europa – primeiro ano em funções da segunda Comissão von der Leyen

Na passada segunda-feira, 1 de dezembro, a segunda Comissão von der Leyen assinalou o seu primeiro ano em funções.

Ao longo dos últimos 12 meses, e segundo uma nota divulgada pela Comissão Europeia, esta tem vindo a trabalhar para entregar resultados aos cidadãos e empresas europeias, com um senso de urgência. Centrou-se em ajudar as indústrias a navegar num ambiente global em mudança, melhorar a acessibilidade e a qualidade de vida dos cidadãos, impulsionar a transição para a energia limpa e aproveitar as oportunidades da transformação digital.

Trabalhou para aumentar a resiliência social e fortalecer as nossas democracias, bem como diversificar e expandir parcerias a nível global.

Colaborou com os Estados-Membros para que a Europa assumisse uma maior responsabilidade pela defesa e segurança, mantendo simultaneamente a nossa solidariedade inabalável com a Ucrânia.

Olhando para o futuro, a Comissão continuará a manter o seu compromisso: tornar a Europa mais independente, mais competitiva e mais segura.

Pode encontrar uma [ficha informativa](#) e uma [página web](#) que resumem os principais marcos e iniciativas ao longo deste primeiro ano do mandato.

Presidência do Eurogrupo: dois ministros apresentam as suas candidaturas

Dois ministros apresentaram a sua candidatura para se tornarem presidente do Eurogrupo: Kyriakos Pierrakakis, Ministro da Economia e Finanças da Grécia e Vincent Van Peteghem, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Orçamento, responsável pela Simplificação Administrativa, da Bélgica.

A eleição do novo presidente terá lugar na próxima reunião do Eurogrupo, a 11 de dezembro. O presidente é eleito por maioria simples dos ministros do Eurogrupo, de acordo com o Protocolo 14 do Tratado sobre o Eurogrupo, ou seja, por pelo menos 11 dos 20 votos.

Se nenhum dos candidatos obtiver pelo menos essa maioria simples no final da primeira ronda de votação, os candidatos terão então a oportunidade de retirar a sua candidatura. A votação continuará até que uma maioria simples seja alcançada para um dos candidatos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o processo de eleição e sobre os candidatos.

Declaração conjunta à imprensa após a 6.ª reunião do Conselho de Parceria UE-Arménia

A Comissária Europeia para o Alargamento Marta Kos e a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança Kaja Kallas, emitiram uma declaração conjunta na sequência da reunião do Conselho de Parceria UE-Arménia.

Pode consultar [aqui](#) a declaração.

Eurodeputados apoiam Andrés Ritter para o cargo de Procurador-Geral da União Europeia

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu [aprovaron](#) o Procurador-geral adjunto europeu Andrés Ritter como o seu candidato preferido para passar a assumir o cargo de Procurador-Geral Europeu, chefe da Procuradoria Europeia (EPPO).

Em votação secreta realizada na quarta-feira, Ritter obteve 46 votos, destacando-se amplamente entre os candidatos. Os restantes concorrentes, Stefano Castellani, Emilio Jesús Sánchez Ulled e Ingrid Maschli-Clausen, receberam 11, 7 e 4 votos, respetivamente.

A escolha do Parlamento será agora comunicada ao Conselho da União Europeia, que tomará a decisão final sobre a nomeação do próximo Procurador-Geral Europeu.

Governo apresenta em Bruxelas candidatura portuguesa à Autoridade Aduaneira Europeia

O Governo português [apresentou](#) em Bruxelas a candidatura do Porto para acolher a futura Autoridade Aduaneira Europeia, numa sessão na Representação Permanente de Portugal junto da UE que contou com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, do ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, e do presidente da Câmara Municipal do Porto, Pedro Duarte.

A nova agência, proposta pela Comissão Europeia em 2023, terá como principais funções coordenar a gestão dos riscos alfandegários entre as administrações aduaneiras dos Estados-Membros, reforçar a segurança das fronteiras externas e apoiar um controlo mais eficaz do comércio internacional de mercadorias.

Na apresentação, o Governo destacou a localização geográfica de Portugal e as características do Porto como trunfos da candidatura, sublinhando as boas acessibilidades, infraestruturas, mercado de trabalho qualificado, segurança e qualidade de vida. O objetivo nacional passa por ter a sede operacional já no próximo ano e atingir cerca de 250 funcionários a trabalhar nas instalações em 2034.

Além da cidade do Porto, estão na corrida outras oito cidades europeias: Liège (Bélgica), Málaga (Espanha), Lille (França), Zagreb (Croácia), Roma (Itália), Haia (Países Baixos), Varsóvia (Polónia) e Bucareste (Roménia).

As candidaturas serão agora avaliadas pela Comissão Europeia, que nas próximas semanas terá de ponderar qual a localização que melhor garante a execução das tarefas da futura Autoridade Aduaneira Europeia, o recrutamento de pessoal altamente especializado e condições adequadas de formação.



Investigação e inovação científica, ciência

Despesa da UE em investigação e desenvolvimento ultrapassa 400 mil milhões de euros em 2024

De acordo com dados publicados pela agência de estatística Eurostat, a União Europeia investiu cerca de 403,1 mil milhões de euros em investigação e desenvolvimento (I&D) em 2024, o que representa um aumento de 3,6% de investimento face ao ano anterior. Desde 2014, o volume de investimento na área cresceu 62,2%, o que também reflete uma tendência de reforço contínuo da aposta europeia em inovação.

A estatística revela que a intensidade de I&D, medida pela proporção da despesa em relação ao PIB, manteve-se estável em 2,2%. Na última década, este indicador aumentou 0,1 pontos percentuais. Entre 2014 e 2024, 19 Estados-Membros registaram crescimento da intensidade de I&D, com destaque para a Bélgica, Grécia, Estónia e Croácia.

Em 2024, seis países da União atingiram ou superaram a meta europeia de 3% de intensidade de investimento: Suécia, Bélgica, Áustria, Finlândia, Alemanha e Dinamarca. Nos valores mais baixos figuraram a Roménia, Malta, Chipre, Bulgária, Letónia, Eslováquia e Luxemburgo.

O setor empresarial manteve-se como o principal responsável pelas despesas em I&D, com 268,1 mil milhões de euros, o que corresponde a 66,5% do total. Seguiram-se o ensino superior, com 86,1 mil milhões de euros, o setor público, com 43,5 mil milhões, e o setor privado sem fins lucrativos, com 5,4 mil milhões.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Mobilidade

Conselho da UE aprova posição sobre novas regras para veículos rodoviários

Os ministros dos Transportes da União Europeia aprovaram esta semana a posição do Conselho sobre a revisão da diretiva que define os pesos e dimensões máximos dos veículos rodoviários. A atualização pretende modernizar o transporte de mercadorias, reforçar a concorrência leal e acelerar a transição para tecnologias de emissões zero.

A proposta inclui incentivos para veículos com emissões zero, entre eles um bónus de peso e até 0,9 metros adicionais de comprimento, destinados a acomodar a tecnologia necessária, sem comprometer a segurança das infraestruturas. O texto mantém ainda exceções para transportes especiais, operações com impacto reduzido na concorrência e sistemas modulares europeus.

Os veículos com emissões zero que realizem transporte intermodal poderão atravessar fronteiras dentro da UE mesmo quando excedam o peso máximo definido, desde que respeitem os limites aplicáveis em ambos os países.

Com a adoção desta posição, o Conselho fica autorizado a iniciar negociações com o Parlamento Europeu com vista à adoção final da legislação.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Conselho define posição sobre novas regras para inspeções e registo de veículos

Esta semana, os ministros do Transporte dos 27 Estados-membros aprovaram a posição do Conselho sobre o pacote relativo à aptidão para circular, que atualiza as regras da UE sobre inspeções periódicas de veículos, controlos técnicos na estrada e registo de dados automóveis. A iniciativa pretende reforçar a segurança rodoviária, reduzir fraudes e melhorar o controlo das emissões poluentes, ao mesmo tempo que facilita o intercâmbio de informação entre os Estados-Membros.

O pacote propõe novos métodos de ensaio para gases como os óxidos de azoto e para partículas poluentes, bem como medidas destinadas a aumentar a deteção de veículos com defeitos ou adulterações. Também prevê melhorias no armazenamento e na partilha eletrónica dos dados de identificação e estado dos veículos, contribuindo para maior transparência e eficiência administrativa.

Na sua posição, o Conselho decidiu manter o âmbito e a frequência atuais das inspeções, rejeitando a proposta de passar a testes anuais após dez anos de utilização e mantendo a exclusão das motas. Foram igualmente incluídas novas regras para incorporar veículos comerciais ligeiros nas inspeções rodoviárias, e acordado um certificado temporário que permitirá testar veículos noutro Estado-Membro por um período de seis meses.

Com esta decisão, o Conselho poderá iniciar as negociações com o Parlamento Europeu para chegar a um texto final que modernize a legislação europeia sobre a segurança e o registo dos veículos.

Pode saber mais [aqui](#).



Saúde

Conselho da UE aprova posição sobre a Lei dos Medicamentos Críticos

O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição sobre a [Lei relativa aos medicamentos críticos](#), um novo regulamento destinado a reforçar a resiliência do bloco face à escassez de medicamentos essenciais, como antibióticos, insulina e analgésicos. A iniciativa pretende aumentar a segurança do abastecimento e garantir maior disponibilidade destes produtos em toda a União Europeia.

A Lei dos Medicamentos Essenciais incentiva a diversificação das cadeias de abastecimento, promovendo modelos de aquisição conjunta de medicamentos entre Estados-Membros e criando incentivos para impulsionar a produção farmacêutica dentro da União. Na sua posição, o

Conselho incluiu a obrigação de a Comissão Europeia emitir orientações para ajudar os países a identificar medicamentos e ingredientes ativos produzidos na UE e facilitou a troca de informações sobre reservas de contingência.

O [texto](#) também simplifica as regras para contratação pública colaborativa, ao reduzir de nove para seis o número mínimo de Estados-Membros necessário para apresentar um pedido conjunto, e introduz a obrigação de usar critérios de resiliência na compra de medicamentos críticos. Com a terminologia alinhada à diretiva europeia de contratação pública, o regulamento ganha maior clareza e segurança jurídica.

Após a definição da posição do Parlamento Europeu, Conselho e Parlamento irão iniciar negociações para chegar a um texto final da Lei dos Medicamentos Essenciais.

Pode conhecer [aqui](#) melhor a posição do Conselho.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores), 2 de dezembro de 2025: principais resultados alcançados

Os ministros da saúde da UE reuniram-se em Bruxelas para discutir a lei dos medicamentos críticos. Durante o almoço, também trocaram opiniões sobre o impacto dos novos produtos de tabaco e nicotina nas crianças e nos jovens.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Comissão Europeia lança nova estratégia e plano para combater o tráfico de droga na UE

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma nova [Estratégia da União Europeia em matéria de droga](#) e um [Plano de Ação para combater o tráfico de droga](#), com o objetivo de proteger os cidadãos e enfraquecer as redes criminosas de tráfico de droga. As medidas fazem parte da estratégia [ProtectEU](#) e procuram responder aos impactos sociais, de segurança, de saúde e ambientais ligados ao consumo e comércio ilegal de drogas.

A nova estratégia estabelece cinco grandes linhas de ação: melhorar a prevenção e a resposta às ameaças ligadas à droga, reforçar a saúde pública com mais prevenção e tratamento, aumentar a segurança contra o crime organizado, proteger os jovens e o ambiente dos efeitos do tráfico e fortalecer a cooperação com países fora da UE. A Agência da Drogas da UE (EUDA) terá um papel central, ajudando os países a identificar novas substâncias e a reagir rapidamente a ameaças emergentes.

O Plano de Ação inclui 19 medidas para dificultar a atividade das redes de tráfico, reduzir a violência associada e melhorar a cooperação entre as autoridades policiais, judiciais e aduaneiras. Neste âmbito, as agências Frontex e Europol irão reforçar o apoio aos Estados-Membros no controlo de fronteiras e investigação de redes criminosas, enquanto será criada uma nova base de dados da EU que ajudará a detetar substâncias sintéticas e laboratórios ilegais.

Além disso, a Comissão propôs a adoção de regras mais simples para controlar substâncias químicas usadas na produção de drogas, conhecidas como precursores. As novas regras vão permitir identificar e bloquear estas substâncias mais rapidamente, sem dificultar o comércio legítimo. Ao mesmo tempo, a proposta visa simplificar e digitalizar os processos do comércio legal destas substâncias, de modo a reduzir os encargos para as empresas.

Tecnologia e Informática

Comissão aplica coima de 120 milhões de euros à rede social X ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão Europeia anunciou a aplicação de uma coima de 120 milhões de euros à rede social X por violação das regras do [Regulamento dos Serviços Digitais](#) (RSD). A decisão surge após a Comissão ter constatado a ocorrência de falhas graves no cumprimento das obrigações de transparência impostas às grandes plataformas, em particular no que diz respeito à forma como a empresa geriu o seu sistema de verificação, o repositório de publicidade e o acesso a dados públicos por parte de investigadores.

Entre as infrações apontadas, a Comissão destaca o design enganoso da «marca de verificação azul», que permite a qualquer utilizador pagar para obter o estatuto de verificado, sem uma verificação real da identidade. Esta prática, considerada pela Comissão como potencialmente enganosa e contrária ao artigo 25.º do RSD, expõe os utilizadores a riscos acrescidos de fraude, manipulação e desinformação dentro da plataforma.

A X foi igualmente sancionada pela falta de transparência no seu repositório de anúncios, que, segundo a Comissão, não cumpre as exigências de acessibilidade e pesquisa previstas nos artigos 39.º e 40.º do Regulamento. Além disso, a empresa é acusada de dificultar o acesso dos investigadores a dados públicos e de impor requisitos desnecessários que comprometem estudos sobre riscos sistémicos na União Europeia.

Esta é a primeira decisão formal de incumprimento emitida ao abrigo do RSD. A X dispõe agora de 60 dias úteis para apresentar medidas corretivas relativas ao uso da marca de verificação e 90 dias para entregar um plano de ação sobre as restantes obrigações. Caso não cumpra os prazos estipulados, a rede social poderá enfrentar novas sanções.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre o caso.

Comissão aceita os compromissos da TikTok em matéria de transparência da publicidade ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão Europeia garantiu o compromisso do TikTok de disponibilizar repositórios de publicidade que garantam total transparência em torno dos anúncios nos seus serviços, tal como exigido pelo [Regulamento dos Serviços Digitais \(RSD\)](#).

Após um amplo diálogo com a Comissão, o TikTok apresentou compromissos vinculativos que dão resposta a todas as preocupações manifestadas pela Comissão na sua investigação e nas conclusões preliminares de maio de 2025.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os compromissos assumidos pelo TikTok.

UE e República da Coreia reforçam cooperação tecnológica e digital no terceiro Conselho de Parceria Digital

A União Europeia e a República da Coreia (ROK) reafirmaram o papel central da sua parceria na promoção da cooperação em matéria de tecnologias digitais emergentes, a fim de desbloquear benefícios mútuos para as suas economias. Durante o terceiro Conselho de Parceria Digital, realizado em Seul, a UE sublinhou igualmente o seu empenho em reforçar a cooperação com os parceiros digitais em todo o mundo, a fim de impulsionar a competitividade, a inovação e a resiliência.

Através da Parceria Digital, a UE e a República da Coreia prosseguirão o trabalho conjunto em matéria de investigação e inovação no domínio das tecnologias emergentes, como os semicondutores, a tecnologia 6G, a inteligência artificial (IA) e as tecnologias quânticas. Esta cooperação destina-se a impulsionar a competitividade e a liderança tecnológica futuras, reforçando simultaneamente a segurança económica através de uma maior resiliência em tecnologias críticas, incluindo a cibersegurança.

A reunião foi copresidida por Henna Virkkunen, vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, e Bae Kyung-hoon, vice-primeira-ministra e ministra da Ciência e das TIC da República da Coreia.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

União Europeia e Singapura discutem reforço da cooperação digital através do Conselho de Parceria Digital

A União Europeia e Singapura reuniram-se esta semana em Bruxelas para a segunda reunião do Conselho de [Parceria Digital UE-Singapura](#). Ambas as partes reafirmaram o compromisso de cooperação em inteligência artificial, cibersegurança, proteção de consumidores online, serviços de confiança e investigação em semicondutores e tecnologias quânticas.

Durante a reunião, a Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Henna Virkkunen, e a Ministra do Desenvolvimento Digital de Singapura, Josephine Teo, alinharam prioridades estratégicas para a inovação, segurança e competitividade mútua. Destacaram o Acordo de Comércio Digital, assinado em maio de 2025, que impõe regras vinculativas para facilitar o comércio, reforçar a confiança dos consumidores e garantir segurança jurídica às empresas.

A atualização das prioridades nesta relação de parceria com Singapura estão em linha com a Estratégia Digital Internacional da Comissão Europeia, de maio deste ano, que enfatiza o aprofundamento das suas parcerias e o foco em áreas prioritárias de cooperação, incluindo tecnologias emergentes, cibersegurança e plataformas online.



Turismo

Conselho e Parlamento chegam a um acordo sobre a revisão das regras relativas a viagens organizadas

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre a revisão da diretiva relativa às viagens organizadas, que visa tornar a proteção dos viajantes mais eficaz. Numa viagem organizada, o organizador combina diferentes serviços de viagem ou turísticos, como voos, transferes, alojamento e excursões, entre outros. Os pacotes são adquiridos tanto online como offline, e podem ser oferecidos por operadores turísticos, agências de viagens, transportadoras e outros operadores.

O acordo reforça os direitos dos consumidores, reduz encargos para os operadores e esclarece as obrigações dos organizadores de pacotes em questões como reembolsos, proteção em caso de insolvência e utilização de vales.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes do acordo alcançado entre os dois colegisladores e [aqui](#) a perspetiva do Parlamento Europeu em relação a esse acordo.

O acordo provisório precisa agora de ser confirmado por ambas as instituições antes de ser formalmente adotado.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2025, 2026 e 2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para 2025 e 2026.

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr e Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospecção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) |
 BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#)
 | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) |
 EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT
 - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO
 – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS
 – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#)
 | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas](#) (incluso o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!